



Inserção do tema sustentabilidade na grade curricular dos cursos de ciências contábeis a partir dos parâmetros dos ODS

Celma Duque Ferreira¹

Universidade Federal de Goiás (UFG) - Brasil
orcid.org/0000-0002-6112-1821

Elisa Gonçalves Castilho Silva²

Universidade Federal de Goiás - Brasil
orcid.org/0009-0003-7169-5604

Gilberto Crispim³

Universidade Federal de Goiás (UFG) - Brasil
orcid.org/0000-0002-3177-7897

Resumo: O objetivo do estudo é analisar a temática de sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros (IB) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na grade curricular dos cursos de ciências contábeis, a fim de sanar a problemática: Como a temática da sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, é inserida na grade curricular dos cursos de ciências contábeis? Utilizou-se como objeto de estudo as IES públicas do Estado de Goiás e os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Portanto, a pesquisa classifica-se quanto aos objetivos, como uma pesquisa qualitativa, com coleta dos dados realizados por estudo documental, bibliográfico e por *sites* oficiais, analisados através da estatística descritiva. O resultado aponta que a temática da sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, não está inserida na grade curricular dos cursos de ciências contábeis entre as ofertas de disciplinas obrigatórias e podem, ou não, serem ofertadas nas optativas, que são assuntos de interesse atual na área de ciências contábeis, cuja ementa será determinada por ocasião da oferta.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Agenda 2030. ODS no Brasil. Ciências Contábeis.

¹ Doutorado em Ciência Contábeis - UFSC/University Of Newcastle - Austrália. É professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), lecionando na Graduação e em Cursos de Especialização. Email: celmaduque@ufg.br;

² Acadêmica em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: elisa_castilho@discente.ufg.br

³ Doutorado em Ciência Contábeis - UFSC/University Of Newcastle - Austrália. É professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG), lecionando na Graduação e em Cursos de Especialização. Email: crispim@ufg.br.



INCLUSIÓN DE LA SOSTENIBILIDAD EN EL PLAN DE ESTUDIOS DE LOS CURSOS DE CONTABILIDAD SOBRE LA BASE DE LOS PARÁMETROS DE LOS ODS

Resumen: El objetivo de este estudio es analizar el tema de la sostenibilidad, a partir de la adecuación de los indicadores brasileños (IB) para los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), en el currículo de los cursos de contabilidad, con el fin de resolver el problema: ¿Cómo se incluye el tema de la sostenibilidad, a partir de la adecuación de los indicadores brasileños para los ODS, en el currículo de los cursos de contabilidad? El objeto de estudio fueron las IES públicas del estado de Goiás y los Indicadores Brasileños para los Objetivos de Desarrollo Sostenible. En términos de objetivos, la investigación se clasifica como cualitativa, con datos recogidos a través de estudios documentales y bibliográficos y sitios web oficiales, analizados mediante estadística descriptiva. Los resultados muestran que el tema de la sostenibilidad, basado en la adaptación de los indicadores brasileños a los ODS, no está incluido en el plan de estudios de los cursos de contabilidad entre las asignaturas obligatorias que se ofrecen y pueden o no ofrecerse como optativas, que son temas de interés actual en el área de las ciencias contables, cuyo plan de estudios se determinará en el momento de la oferta.

Palabras clave: Educación Ambiental. Agenda 2030. ODS en Brasil. Contabilidad.

INCLUSION OF SUSTAINABILITY IN THE CURRICULUM OF ACCOUNTING COURSES BASED ON THE PARAMETERS OF THE SDGS

Abstract: The aim of this study is to analyze the theme of sustainability, based on the adequacy of the Brazilian indicators (IB) for the Sustainable Development Goals (SDGs), in the curriculum of accounting courses, in order to solve the problem: How is the theme of sustainability, based on the adequacy of the Brazilian indicators for the SDGs, included in the curriculum of accounting courses? The object of study was the public HEIs in the state of Goiás and the Brazilian Indicators for the Sustainable Development Goals. In terms of objectives, the research is classified as qualitative, with data collected through documentary and bibliographic studies and official websites, analyzed using descriptive statistics. The results show that the theme of sustainability, based on the adequacy of the Brazilian indicators for the SDGs, is not included in the curriculum of accounting courses among the compulsory subjects on offer and may or may not be offered as electives, which are subjects of current interest in the area of accounting, the syllabus of which will be determined at the time of the offer.

Keywords: Environmental Education. 2030 Agenda. SDGs in Brazil. Accounting Sciences

INTRODUÇÃO

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, apesar de relevantes no contexto atual, ainda não possuem um entendimento

consensual na literatura (Lima-Júnior *et al.*, 2021). Uma das definições mais populares de desenvolvimento sustentável é oferecida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD), que o conceitua como a garantia ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (CMMD, 1988).

Relacionado à busca pelo alcance de tal modelo de desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) trata do importante compromisso assumido pelo Brasil acerca deste tema, além do pacto em 2015 entre 179 países, para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) fossem continuados, o que resultou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (IPEA, 2018).

De forma continuada e aprimorada aos ODMs, os ODS lidam com questões nas esferas econômicas, sociais e ambientais, além de ser uma oportunidade para as empresas expandirem a Responsabilidade Social Corporativa (RSE), e transpor o desenvolvimento sustentável como algo concreto e mensurável (Camarán, Barón e Rueda, 2019). Tais esferas alinham-se ao *Tripple Bottom Line* (TBL), que consiste no tripé do desenvolvimento sustentável, compreendendo os aspectos econômico, social e ambiental como componentes das estratégias das empresas na inovação, geração de valor, redução dos impactos ambientais e atendimento aos anseios sociais (Venturini e Lopes, 2015).

Em virtude da importância agregada à temática sustentável e à conscientização social, o modo em que as empresas atuam e entregam informações, foram diretamente afetados. Partindo desse entendimento, Correa *et al.* (2018) afirmam que as empresas começaram a investir em programas ambientais e ações mais sustentáveis devido à preocupação e conscientização

da sociedade quanto aos efeitos que as atividades empresariais causam ao meio ambiente. Tais ações passaram a ser divulgadas por meio dos relatórios de sustentabilidade e relatórios contábeis das empresas em resposta à sociedade.

Devido ao impacto das divulgações causadas aos usuários de informações, Santos, Neumann e Mattiello (2021), ressaltam que conferências e reuniões mundiais destacam a inserção da temática sustentabilidade em projetos pedagógicos e disciplinas curriculares no ensino superior, como um tema relevante para as áreas empresariais. Tratando de forma mais específica da sustentabilidade na contabilidade, o ensino pode incorporar relatórios socioambientais, práticas que incentivem a sustentabilidade corporativa, experimentos que forneçam visões do tema em nível organizacional, entre outros.

Diante do contexto apresentado, surge a questão de pesquisa a partir da qual se estrutura o estudo: como a temática da sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, é inserida na grade curricular dos cursos de ciências contábeis? Com a finalidade de responder ao problema de pesquisa, constituiu-se o objetivo de estudo: analisar a temática de sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, na grade curricular dos cursos de ciências contábeis.

O desenvolvimento sustentável é um modo de desenvolvimento que procura atender às necessidades das gerações atuais e futuras, considerando as limitações ambientais, econômicas, sociais e culturais. Seu objetivo é otimizar o uso dos recursos naturais, gerando riquezas e qualidade de vida, de forma a garantir o bem-estar humano no longo prazo. Para isso, é necessário realizar alterações nos padrões de produção, consumo e meio ambiente, de forma a promover o uso responsável dos recursos naturais, reduzir o consumo de

energia e produzir menos lixo e resíduos. Nesse entendimento, a contabilidade como área de conhecimento que objetiva gerar informações para tomada de decisão, ajuda os gestores por meio de seus relatórios, a entender os resultados sociais alcançados por ações ambientais pelas empresas.

Com base no exposto, o estudo se justifica por fomentar discussões sobre a falta de reconhecimento do TBL frente ao desenvolvimento sustentável, por identificar a construção de uma consciência ambiental nos estudantes (Lessa, Spier e Nascimento, 2018), por discutir a indispensabilidade da adaptação de mundo corporativo à demanda da sociedade e do Estado pelo equilíbrio das esferas social, ambiental e econômica (Cristófaló *et al.*, 2016).

Vale salientar que tal estudante seria formado para atuar de forma integrada na gestão das empresas, em um mercado que busca por profissionais com visão sistêmica, que conheçam a legislação atual de forma que consigam inserir-se na evolução contínua de práticas sustentáveis para favorecer a continuidade da empresa diante da necessidade imediata de mitigar a degradação dos recursos naturais (Costa e Hartwig, 2022).

Considerando ainda o déficit de pesquisas associadas ao tema dentro do curso avaliado (Santos, Neumann e Mattiello, 2021), espera-se, por fim, contribuir com a literatura para pesquisas futuras e pontuar melhorias que possam ser utilizadas pelas gestões das universidades quanto à abordagem de projetos pedagógicos, atividades complementares, estudos independentes e disciplinas optativas no âmbito ambiental. Esse estudo diferencia-se dos demais estudos por alinhar-se à maneira em que se dá a inserção ambiental na grade curricular do curso de ciências contábeis sob a ótica do desenvolvimento dos ODS.



SUSTENTABILIDADE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os ODS surgiram a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), onde o Brasil assumiu um importante compromisso para alcançar tal modelo de desenvolvimento (Souza, Machado e Oliveira, 2020). O documento resultante da Conferência lançava as bases para que os países-membros da ONU construíssem novos objetivos e metas voltadas para a sustentabilidade. Negociações entre chefes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros levou a adoção, em 2015, da Agenda 2030. Ela consiste em um conjunto de 17 ODS e 169 metas que não se limita apenas a propor os ODS, mas trata igualmente dos meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas (Roma, 2019).

Os ODS podem ser classificados em dimensões econômicas, sociais e ambientais. A dimensão ambiental é definida como algo que trata de um modelo de produção e consumo que busca garantir que os ecossistemas possam manter sua própria restauração ou capacidade de resistência. A dimensão econômica almeja a eco eficiência, que promove o aumento da inovação tecnológica e a eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais. Já na dimensão social, se espera obter justiça social por meio da erradicação da pobreza e definição de um padrão de desigualdade aceitável (Nascimento, 2012).

A sustentabilidade se compromete com a qualidade de um sistema relacionado à integração inseparável de relações entre humanos e meio ambiente, que abrange os aspectos ambientais, sociais e econômicos, por meio da avaliação de suas propriedades e características. Tal avaliação realiza-se mediante a situação do cenário naquele instante, apesar de ser dinâmico e

complexo (Feil e Schreiber, 2017). Entendem ainda os autores, que a avaliação da qualidade do sistema deve ser atualizada de forma a acompanhar a evolução natural e os indicadores utilizados na avaliação podem sofrer alterações ao longo do tempo - dependendo do aspecto a que se referem, a mudança pode ocorrer de forma mais rápida ou mais lenta. Assim, pode-se inferir que a avaliação é disposta por meio de indicadores e/ou índices, que resultam na possibilidade de estabelecer objetivos ou metas a serem alcançados por meio de estratégias de longo prazo.

Souza, Machado e Oliveira (2020) sugerem que por meio de uma gestão integrada, a sustentabilidade pode ser alcançada pela compreensão dos fenômenos do sistema ambiental humano, ao respeitar as questões ambientais, sociais e econômicas e, deve ser realizada através de políticas públicas, empresariais, sociais a níveis internacionais, nacionais e regionais para o alcance dos ODS.

Santos, Neumann e Mattiello (2021) defendem a inclusão dos aspectos econômicos, ambientais e sociais no ensino acadêmico, dentro de pesquisas e na extensão, sendo adotados de forma interdisciplinar e transversal na temática sustentabilidade. E mesmo que a graduação em ciências contábeis já compreenda o aspecto econômico por ser inerente à área, a contabilidade convencional não adere aos outros aspectos vertentes ao meio ambiente e à sociedade, sendo um desafio integrá-los.

Marcomin e Silva (2009) indicam que a ambientalização da universidade ocorre por vias internas e externas. Onde na primeira é enfatizada a iniciativa de professores, investigadores e alunos, por meio de políticas institucionais, adequação dos currículos e filosofias e práticas de gestão, apoiadas pelos principais tomadores de decisões e gestores. E a segunda, por pressão social



da opinião pública e mídia, gerando tendências para a sustentabilidade, contextualizando a realidade local, regional e apresentando soluções e experiências originadas na sociedade e/ou organizações.

ENSINO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Frente ao processo de globalização, o setor contábil busca preparar seus agentes para essa mudança ao observar como as Instituições de Ensino Superior (IES) reagem às necessidades da economia globalizada e a formação dos profissionais em contabilidade dentro de países que estão em desenvolvimento (Cavalcante *et al.*, 2011). Ainda de acordo com os autores, na busca pela qualidade do ensino de contabilidade a nível mundial, surgiu a proposta de um modelo de currículo mundial para o ensino da contabilidade e formação profissional, criado pela integração da ONU, da *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), e pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD).

O currículo mundial (CM) foi criado com o anseio de gerar uniformidade aos estudos de ciências contábeis, guia para sistemas nacionais de qualificação de contadores profissionais e para um currículo global de educação profissional de contadores. De forma que a ONU espera que sirva como base para as IES formularem seus currículos, mesmo que não sejam adotados integralmente (Czesnat, Cunha e Domingues, 2009).

Quanto à relação entre o CM e a temática de sustentabilidade, Araújo e Leal (2015) constataram que a Contabilidade Ambiental não é proposta de forma direta, sendo tratada em alguns módulos, como: passivos e ativos ambientais, custos e obrigações ambientais, auditoria ambiental e tópicos verdes. Já nas

disciplinas obrigatórias, no módulo de contabilidade financeira, indica-se a preparação de distintos tipos de estágios financeiros e outros custos especiais, dentre os quais se propõe a contabilidade de passivos e custos ambientais. E no que tange ao nível avançado (optativo), evidencia-se a prestação de relatórios financeiros em relação a temas especializados e recomenda-se que sejam abordados custos e obrigações ambientais.

No módulo de contabilidade de gestão avançada, indica-se a abordagem de políticas ambientais (verdes) e seu impacto sobre a gestão econômica e empresarial no subtópico de gestão financeira. Como também se indica a auditoria ambiental, no subtópico de auditoria avançada. E por fim, no bloco de gestão financeira, indica-se a inclusão de questões de contabilidade na auditoria ambiental e indicadores e cumprimento das normas ambientais (Araújo e Leal, 2015).

No nível nacional, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) propõe um currículo de contabilidade que apresenta três dimensões: conteúdo de formação básica; conteúdo de formação profissional e disciplinas optativas. Na proposta, também não se encontram disciplinas específicas de contabilidade ambiental, mas poderá abranger tópicos da contabilidade ambiental na disciplina de responsabilidade social, a qual integra o grupo da formação profissional (Araújo e Leal, 2015).

De maneira complementar, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) propõe uma matriz curricular para cursos de ciências contábeis com estrutura similar ao do CFC, dividido em três partes: (i) conteúdo de formação básica; (ii) conteúdo de formação profissional; e (iii) componentes curriculares optativos.

Inserido junto aos componentes curriculares optativos, temos a Responsabilidade Socioambiental, que objetiva “compreender a

responsabilidade social e ambiental nas instituições, os relatórios socioambientais, destacando o balanço socioambiental como instrumento de gestão”. A disciplina optativa traz como conteúdo programático a responsabilidade social, responsabilidade ambiental, projetos sociais, marketing social, empreendedorismo social, noções de contabilidade social, relatórios socioambientais, balanço socioambiental e legislação aplicável (Carneiro *et al.*, 2017).

ESTUDOS SIMILARES

Marcomin e Silva (2009) avaliaram a inserção das questões ambientais na universidade no âmbito da EA, fundamentando-se em dados provenientes de pesquisas bibliográficas e participativas realizadas pelos autores em Santa Catarina. Eles também usam dados obtidos através de suas experiências na implantação de projetos ambientais e de EA na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). A análise demonstra que na prática, os melhores objetivos e planos construídos ou propostos pela congregação não são realizados ou não obtêm envolvimento dos demais gestores e atores institucionais. Assim, se faz necessário um monitoramento de resultados ou avaliação da realização dos objetivos e metas definidos nos diversos planos, com os ajustes necessários.

Na literatura internacional, Hazelton e Haigh (2010) realizam duas análises que buscam integrar princípios de desenvolvimento sustentável em currículos de pós-graduação em contabilidade. Na primeira análise, a tentativa de criar uma mudança curricular permanente é prejudicada pela orientação vocacional das turmas de alunos. Na segunda, infere-se que o foco técnico que os órgãos profissionais tradicionalmente requerem aumenta as dificuldades para a sustentabilidade ser inserida em currículos já superlotados.

O estudo de Sharma e Kelly (2014), realizado na Nova Zelândia, objetiva expor as percepções, entendimentos e atitudes dos estudantes em relação à educação para o desenvolvimento sustentável, dentro de um currículo de contabilidade e negócios. Os autores concluem que grande parte dos alunos percebe a educação para o desenvolvimento sustentável como algo positivo, apoiando a experiência de aprendizado de negócios sustentável oferecida. Os resultados ainda demonstram que o conhecimento dos alunos sobre práticas de negócios sustentáveis melhora significativamente mediante seus estudos.

Araújo e Leal (2015) realizam uma comparação entre os conteúdos das disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação em ciências contábeis no que tange à temática contabilidade ambiental, com as disciplinas do CM. Identificase que os currículos ofertados pelas IES presentes no estudo e o CM são similares, e ainda, que a maioria das instituições de ensino pesquisadas oferecem conteúdos relacionados à Contabilidade Ambiental, mesmo que não sejam propostas pelo CM, demonstrando a relevância do tema.

Hák, Janoušková e Moldan (2016) enfatizaram a necessidade de operacionalizar as metas dos ODS e avaliar a necessidade de dos indicadores com maior relevância. Por intermédio de uma revisão crítica dos ODS, inferem que: relacionado à estrutura conceitual, é fundamental a assistência de especialistas e cientistas para desenvolvimento e/ou aplicação de abordagens adequadas para fortalecer os indicadores tratados de forma negligente; sobre a relevância dos indicadores, avaliam que alguns são confiáveis por serem verificados por meio de outros indicadores ou por existirem em teorias que confirmam a relação dos indicadores ao que eles indicam, mas que, na maioria dos casos é uma hipótese e ainda precisa de testes empíricos para ser validada.



Já Santos e Pontes (2019) analisaram os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) dos ODS no cenário brasileiro por meio de uma pesquisa descritiva e de abordagem qualitativa, fazendo uso de pesquisa bibliográfica e também documental, por meio de documentos oficiais da ONU, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e IPEA. Deste, os resultados indicam que muitos indicadores ainda estão em fase de construção, estagnados, ou não possuem dados suficientes para construção e, apesar do alcance de algumas metas, muito precisa ser realizado na área de políticas públicas para que o Brasil honre o compromisso com os ODS até 2030.

Enquanto Souza, Machado e Oliveira (2020) realizaram um estudo com o objetivo de propor indicadores de sustentabilidade para a realidade brasileira e executar a análise dos ODS e casos em que eles fossem utilizados no Brasil e no mundo. Os principais resultados apresentados apontam que as metas brasileiras permitem que se atinja o desenvolvimento sustentável em 2030, embora os objetivos devam se ajustar de acordo com a necessidade de cada localização/região para que se cumpram os avanços de desenvolvimento em um patamar satisfatório.

Santos, Neumann e Mattiello (2021) analisam a inserção da sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em ciências contábeis. Através de abordagem qualitativa, exploratória e documental, utilizam uma amostra com seis universidades públicas do Paraná, desde o ano de 2002. Os principais resultados apontam a evolução dos cursos em relação a incorporação do tema, em detrimento do aumento de conteúdos nas disciplinas a partir de 2012.

Costa e Hartwig (2022) realizam um levantamento do atual cenário de ofertas de disciplinas com temática voltada ao meio ambiente nos cursos de

Graduação em ciências contábeis em IES e sugerem uma discussão da necessidade de mudança na matriz curricular, para atender as demandas do mercado na formação dos futuros profissionais. Os resultados indicam que ainda é grande o número de instituições que não ofertam nenhuma disciplina com temática ambiental.

Em suma, nos estudos que se tratam da adequação dos indicadores de sustentabilidade, é de comum acordo sua relevância para o alcance do desenvolvimento sustentável, mas para tal, ainda são necessários ajustes que melhor atendam cada região, além de políticas públicas que contribuam com suas realizações, de modo a garantir sua continuação.

Das pesquisas que abordam a inserção sustentável na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, os resultados se contrapõem em dois pontos: (1) Insatisfatório – em que os projetos que buscam maior integração de questões ambientais com a universidade não atingem a meta por falta de continuidade e monitoramento, ocasionado por falta de envolvimento de gestores e alunos, ou grade curricular demasiadamente lotada; e (2) Satisfatório – onde nota-se crescente valorização do tema, com uma abordagem mais abrangente que edifica o conhecimento dos alunos e vai além das opções sugeridas pelo CM.

METODOLOGIA APLICADA

De acordo com o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Sistema e-MEC (MEC, 2022), selecionando os filtros de todas as IES de Goiás ativas, o Estado conta com 136 IES, e 162 cursos de ciências contábeis ofertados. Filtrando novamente as Instituições, obtêm-se 10 públicas (entre federais, estaduais e municipais) e das públicas, 07 cursos ofertados, nas seguintes instituições: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade

Estadual de Goiás (UEG) e Faculdade de Anicuns (FA). A amostra de pesquisa, por questão de acessibilidade aos dados, compreendeu duas IES públicas (uma federal e uma estadual), rotuladas para fins desta pesquisa A e B.

Os dados coletados sobre os 17 ODS composto por 169 metas e indicadores para cada uma das metas, foram extraídos do [site https://odsbrasil.gov.br](https://odsbrasil.gov.br) nos meses de dezembro/2022 e janeiro/2023, de modo a identificar os indicadores produzidos, em análise/construção, sem dados e que não se aplicam ao Brasil, para assim identificar quais ODS e quais objetivos foram desenvolvidos de forma satisfatória a atender os ODS no Brasil, conforme estruturado no quadro 1.

Quadro 1 – Instrumento de coleta de dados dos indicadores brasileiros para ODS.

ODS	Indicador	Situação do Indicador				Período da informação
		Produzido	Análise/ Construção	Sem dados	Não se aplica ao Brasil	
Número e ODS	Cada indicador do respectivo ODS	Sim/ Não	Sim/ Não	Sim/ Não	Sim/ Não	Data da última atualização

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Ressalta-se que são 17 ODS com 169 metas e vários indicadores para cada uma das metas. Mesmo que a produção dos indicadores seja importante, deve-se ponderar a tempestividade relacionada à atualização dos dados uma informação relevante. E também, considerar que pode haver uma relação entre os indicadores mais produzidos e atualizados com os pontos mais trabalhados nas ementas das disciplinas das IES.

Quanto às informações inseridas na grade curricular dos cursos, a coleta de dados se dará por análise de conteúdo nas ementas das disciplinas ofertadas,

relacionando os conteúdos aos ODS e seus respectivos eixos, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Instrumento de coleta de dados da inserção dos ODS à grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

Nome da disciplina	Ementa	Carga horária	Obrigatória ou optativa	Eixo do ODS
-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Já quanto aos dados coletados referentes as IES A e B, foram extraídos das ementas de cada disciplina obrigatória e optativa constantes no Projeto Pedagógico Curricular (PPC), também, nos meses de dezembro/2022 e janeiro/2023. Vale salientar que, mesmo que a produção dos indicadores seja importante, deve-se ponderar a tempestividade relacionada à atualização dos dados com uma informação relevante. E também considerar que pode haver uma relação entre os indicadores mais produzidos e atualizados com os pontos mais trabalhados nas ementas das disciplinas obrigatórias e optativas das IES.

Por meio das informações constantes no Quadro 2, é possível observar e analisar as grades curriculares das IES A e B, assim como identificar qual perspectiva é abordada e se as grades curriculares correspondem à perspectiva mais

Na análise de dados, busca-se de forma geral, verificar a temática de sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, na grade curricular dos Cursos de ciências contábeis. Além disso, de forma complementar e específica, é feita a análise dos indicadores para os ODS em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas e da forma em que são abordados nessas perspectivas. Também é verificada se a perspectiva abordada nas grades curriculares corresponde à perspectiva mais desenvolvida em

relação aos ODS. Para tanto, são utilizadas a análise de estatística descritiva, a análise documental e a apresentação dos indicadores das ODS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Indicadores Brasileiros para os ODS

Diante os 17 ODS, 169 metas e 254 indicadores, observou-se que menos da metade foram, de fato, produzidos, como apontado na Tabela 1. Reforçando a afirmação de Souza, Machado e Oliveira (2020), em que um dos grandes desafios dos indicadores é a produção de dados de qualidade, confiáveis, periódicos, atualizados, relevantes, abertos e acessíveis. Analisando-se por eixos, a tabela também indica que a questão social, apesar de ser a que apresenta maior quantidade de indicadores, é a que dispõe de menor percentual de produção, seguida pelo eixo ambiental e por último o eixo econômico, sendo este, o único com pouco mais de 50% dos indicadores produzidos.

Tabela 1 - Demonstração da produção dos indicadores dos ODS por eixo no Brasil.

ODS	Qte. de indicadores	Qte Produzida	% Produzido
Ambiental	70	31	44,29
Social	115	40	34,78
Econômico	69	39	56,52
Geral	254	110	43,31

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Ainda sobre a Tabela 1, é possível inferir que a quantidade produzida em relação a quantidade de indicadores nos três eixos, é incipiente no Brasil. Isso demonstra ausência assídua de ações ambientais pelo governo.

Os dados do eixo econômico constante na Tabela 2, especificamente o ODS 9, que abrange a Indústria, Inovação e Infraestrutura, possui 75% de seus indicadores em produção. Todavia, o ODS 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico apenas 43,8%. O reflexo do ODS 8 em relação ao ODS 9, ainda é incipiente, apesar de resultado mediano.

Tabela 2 - Demonstração da produção dos indicadores dos ODS do eixo econômico.

Indicadores	Qte. total	Qte. produzida	% produzido	Última Atualização
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	14	7	50,0%	2006 a 2019
7 - Energia Limpa e Acessível	6	5	83,4%	2015 a 2020
8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico	16	7	43,8%	2019 e 2020
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	12	9	75,0%	2014 a 2019
10 - Redução das Desigualdades	21	11	52,4%	2019 a 2021

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Já o ODS 10 - Redução das Desigualdades, alcançou 52,4%. Infere-se que a atenção está direcionada a geração de empregos por intermédio das indústrias e inovações, mas que ao mesmo tempo, as condições geradas ainda não são suficientes para garantir a qualidade dos empregos, da renda e da redução da desigualdade.

Examinando-se o eixo social apresentado na Tabela 3, este com menor percentual de produção entre os eixos, o ODS 3- Boa Saúde e Bem-Estar, alcança 50% de seus indicadores produzidos e os demais nem chegam a isso. Demonstrando que assuntos como educação, igualdade de gênero e erradicação da pobreza, mesmo que ganhando maior visibilidade no cenário atual, mantêm-se não sendo prioridade no Brasil.

Tabela 3. Demonstração da produção dos indicadores dos ODS por eixo social.

Indicadores	Qte. total	Qte. produzida	% produzido	Última atualização
1 - Erradicação da Pobreza	13	6	46,2%	2017 A 2021
3 - Boa Saúde e Bem-Estar	28	14	50,0%	2008 A 2020
4 - Educação de Qualidade	12	5	41,7%	2019 E 2020
5 - Igualdade de Gênero	14	4	28,6%	2018 E 2019
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	24	5	20,8%	2019 A 2022
17- Parcerias e Meios de Implementação	24	6	25,0%	2017 A 2021

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

O baixo percentual do ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação, evidencia a falta de políticas públicas, empresariais e sociais a níveis internacionais, nacionais e regionais, vistas como necessárias por Souza, Machado e Oliveira (2020) para o alcance dos ODS. Os pesquisadores também acrescentam que alguns governos locais e regionais não possuem capacidade ou conhecimento necessário para participar da realização dos ODS.

Já em conformidade com a Tabela 4, o ODS 6 que trata de Água Potável e Saneamento é o que traz metas com maior número de indicadores em produção, atingindo um percentual de 90,9%, contrapondo o estudo de Souza et al. (2020), onde este ODS não contava com um patamar satisfatório e encontrava-se estagnado, demonstrando uma preocupação e melhora em tal aspecto. Contrapartida, o ODS 14 sobre Vida na Água, traz o menor percentual produzido (não passa de 10%).

O ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, que tem a finalidade de ajudar as partes interessadas a entender suas responsabilidades e a melhorar

as suas práticas no que diz respeito ao uso eficiente e sustentável dos recursos, com o objetivo de desenvolver e implementar políticas, estratégias e práticas que permitam o uso sustentável dos recursos naturais, enquanto se reduzem os impactos negativos do consumo e produção sobre o ambiente, a saúde e o bem-estar humano, por meio da redução do uso dos recursos naturais.

observou-se reações mais pontuais em 2019, apesar da inércia em período anterior (2017) e posterior (2020). Isso significa que as partes interessadas devem desenvolver mecanismos para reduzir o uso de recursos naturais e priorizar a reutilização ou reciclagem de materiais com mais prioridade. Talvez, ações pontuais benéficas por parte de órgãos governamentais resgate o desempenho ocorrido em 2019 para anos vindouros.

Tabela 4 - Demonstração da produção dos indicadores dos ODS do eixo ambiental.

Indicadores sustentáveis	Qte. total	Qte. produzida	% Produzida	Datas	Ocorrência das datas	% das datas/ produzidas
6 - Água Potável e Saneamento	11	10	90,9%	2010	1	10,0%
				2015	3	30,0%
				2016	2	20,0%
				2017	1	10,0%
				2018	2	20,0%
				2019	1	10,0%
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	14	8	57,2%	2010	1	12,5%
				2012	1	12,5%
				2017	1	12,5%
				2019	1	12,5%
				2020	1	12,5%
				2021	3	37,5%
12 - Consumo e Produção Responsáveis	13	4	30,8%	2017	1	25,0%
				2019	2	50,0%
				2020	1	25,0%

13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	8	5	62,5%	2016	1	20,0%
				2017	1	20,0%
				2020	1	20,0%
				2021	2	40,0%
14 - Vida na Água	10	1	10,0%	2017	1	100,0%
15 - Vida Terrestre	14	3	21,4%	NI*	1	33,3%
				2015	1	33,3%
				2020	1	33,4%

* Ano não informado na base consultada.

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Por fim, o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, que promove a conscientização pública sobre a mudança climática e seus efeitos sobre o meio ambiente, através de metas de redução de emissões de carbono para as indústrias e para cada governo, que estimule a adoção de fontes de energia renovável, como energia solar, eólica e geotérmica.

Assim como o ODS 15 - Vida Terrestre, que envolve a flora, fauna, solos, atmosfera, hidrologia, oceanografia, geografia, geologia, ecossistemas, climatologia, biodiversidade, ecologia, geoquímica, biomas, meteorologia, entre outros, apresentaram indicação reativa positiva em 2021 e 2020 respectivamente, apesar do baixo percentual produzido pelo ODS 15 no período de 2015 e 2020.

Estabelecer leis para a proteção de florestas, oceano e águas subterrâneas, investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas e eficientes, assim como promover a conservação da água, dos recursos hídricos e do solo e adotar tecnologias para reduzir a poluição, incluindo motores a diesel e combustíveis de baixo teor de carbono, os resultados sejam passíveis de alcançar.

A atualização dos indicadores do eixo sustentável, demonstrada na tabela 5 abaixo, indica que 25% dos indicadores contam com a data de informação de sua produção inferior ou igual a 2015, ano de início dos ODS. Portanto, apesar de já contarem com iniciativas para o desenvolvimento sustentável antes do Rio+20, pouco se fez para que isso tomasse maiores dimensões, e as metas fossem, de fato, atingidas. Assim, percebe-se que o déficit ocorre não somente em função da produção dos indicadores, como também na atualização dos dados.

Os indicadores podem sofrer alterações ao longo do tempo e devem ser atualizados de forma a acompanhar a evolução natural, conforme sugerido por Feil e Schreiber (2017) - mesmo que em alguns casos o início dos indicadores anteceda aos ODS, suas atualizações não são realizadas, demonstrando que a relevância dada a ele, nesse caso em questão, não se manteve.

Tabela 5 - Demonstração da data de atualização dos indicadores produzidos no eixo Sustentável.

Datas de Atualização	% Datas Produzidas
< ou = 2015	25,8%
> 2015 e < 2019	32,3%
> ou = 2019	41,9%

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

O Brasil já monitorava os indicadores em alguns aspectos antes mesmo do início dos ODS. Um deles, que conta com a data mais antiga, teve seu início de série histórica em 1969 e última atualização em 2010, em específico, a proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica, do ODS 6 - dimensão ambiental.

Portanto, a não tempestividade nas atualizações demonstra certo desalinhamento, onde o Brasil ainda não consegue acompanhar e atingir os ODS conforme proposto. O percentual geral dos indicadores que ainda estão em análise atinge quase 30% e o percentual de indicadores sem dados é de 23%, com sua maioria relacionada ao eixo ambiental (ver Tabela 6). Aos que não se aplicam ao Brasil, o percentual é mínimo, não atingindo 4% e ligados em grande parte ao eixo social.

Tabela 6 - Demonstração geral dos indicadores dos ODS por eixo.

Eixo	Qte. Indicadores	% Produzido	% Análise/Construção	% Sem dados	% Não se aplica ao Brasil	Ano de início no Brasil	Ano final
Ambiental	70	44,3	17,2	37,2	1,4	1969	2021
Social	115	34,8	40,9	17,4	6,9	1990	2022
Econômico	69	56,5	24,7	18,8	0,00	1995	2021
Geral	254	43,3	29,9	23,2	3,6	1969	2022

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Corroborando com Santos e Pontes (2019), os resultados apresentados indicam que muito ainda deve ser construído na área de políticas públicas para que o Brasil alcance os ODS propostos até 2030, considerando que sua maioria ainda está em fase de construção - estagnada, ou não possuem dados suficientes para construção.

Temática de Sustentabilidade na Grade Curricular das IES

As faculdades denominadas como A e B, tiveram por instrumento de pesquisa o PPC 2014 para a faculdade A e 2021 para a faculdade B, em que foram consideradas somente as disciplinas que contavam com sua ementa descrita, para melhor análise estatística do conteúdo.

Na faculdade A, de acordo com o PPC, o curso tem como objetivo - atender as empresas em suas demandas legais e econômicas, de ações de planejamento, controle e gestão, como também contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico contábil e a construção de uma sociedade civil e empresarial, mais justa e comprometida com a ética, respeito à vida e ao meio ambiente.

Já na faculdade B, o PPC apresenta como objetivo - estimular o pensamento científico e a criatividade na busca por soluções inovadoras; contribuir para a formação de além de profissionais da contabilidade, futuros pesquisadores pautados no respeito às questões sociais e éticas inerentes à pesquisa científica; estimular docentes pesquisadores a envolverem acadêmicos nas atividades científicas e tecnológicas.

Conforme consta na Tabela 9, ambas as faculdades analisadas, não contam com disciplinas em sua grade que abordem diretamente o eixo ambiental. Os temas de sustentabilidade ambiental somente podem ser trabalhados com maior amplitude em matérias optativas cujas ementas abordem assuntos de interesses atuais e que mudam conforme o cenário, sendo possível que qualquer um dos eixos possa ser inserido em tal ocasião. Divergindo-se do resultado sugerido por Santos et al. (2021), que descreve aumento da consideração por conteúdos relacionados à temática sustentabilidade relacionado à evolução dos cursos investigados.

Tabela 6 - Inserção dos ODS na grade curricular das faculdades das IES.

IES	Carga horária do curso	Qte. de Disciplinas	de Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Optativas	Eixo econômico	Eixo social	Eixo ambiental
A	3184	55	46	9	60%	22%	0%
B	3078	43	41	2	74%	26%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Das 55 disciplinas da faculdade A, 60% delas estão alinhadas ao eixo econômico, 22% ao eixo social e nenhuma ao eixo ambiental, sendo os 18% restantes, não passíveis de classificação, considerando as mudanças de ementa das disciplinas optativas. Na faculdade B o eixo econômico também conta com maior percentual de aplicação, com 74% das suas 43 disciplinas alinhadas a ele e os 26% restantes ao eixo social.

O fato de não haver em nenhuma das IES disciplinas que se alinhem ao eixo ambiental pode ser ocasionado, conforme o exposto por Hazelton e Haigh (2010), pelo foco técnico que os órgãos profissionais tradicionalmente requerem, aumentando as dificuldades para a sustentabilidade ser inserida em currículos já superlotados. Isso pode estar causando a dificuldade de integrar questões ambientais à grade dos cursos e mantendo o percentual deste eixo em 0% atualmente.

O eixo econômico é trabalhado de forma semelhante em cada IES, desde disciplinas que tratam da economia em si, até às disciplinas de contabilidade que abordam controladoria, gestão, orçamentos, e análises no teor contábil e econômico. O mesmo, se vê no eixo social, com abordagens semelhantes ao tratarem de sociologia, vertentes do direito, ética e libras.

Assim, observa-se que a perspectiva mais abordada nas grades curriculares é a econômica, que corresponde da mesma forma, à perspectiva mais desenvolvida em relação aos ODS. Porém, destaca-se que, ainda que o curso possa voltar-se a linha da contabilidade ambiental, em nenhuma das faculdades estudadas apresentam-se disciplinas ligadas a este conteúdo ou quaisquer outros alinhados aos ODS sustentáveis. Fato este que corrobora a percepção de Santos et al. (2021), em que, embora o curso já compreenda o

aspecto econômico por ser inerente à área, ainda é um desafio a integração e inclusão dos aspectos vertentes ao meio ambiente e sociedade na contabilidade convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a temática de sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, na grade curricular dos cursos de ciências contábeis. O objetivo foi alcançado através da coleta dos dados realizados por estudo documental, bibliográfico e por sites oficiais, analisados de forma qualitativa.

Os principais resultados apontam que os ODS em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas, no Brasil, ainda estão longe de atingir as metas estabelecidas para 2030, com apenas 43% dos indicadores produzidos e com suas datas desatualizadas, sendo a perspectiva econômica, a mais avançada em relação às demais. Relacionando-se as grades curriculares das IES de Goiás, quanto ao ensino em ciências contábeis, a perspectiva mais abordada também é a econômica, visto que possui ligação direta ao curso.

Conclui-se que a temática da sustentabilidade, a partir da adequação dos indicadores brasileiros para os ODS, não está inserida na grade curricular dos cursos de ciências contábeis entre as ofertas de disciplinas obrigatórias e podem, ou não, serem ofertadas nas optativas, que são assuntos de interesse atual na área, cuja ementa será determinada por ocasião da oferta. Um indício que demonstra a desatualização da inserção sustentável pode justificar-se pelo PPC ser de 2014 na IES “A”, embora, mesmo no PPC de 2021 da IES “B”, não foi constatado diferença significativa.

A partir dos resultados, compreende-se que a perspectiva ambiental na grade das IES de Goiás, quanto ao ensino em ciências contábeis, necessita ser abordada em disciplinas de natureza obrigatória, mesmo que em conjunto com o aspecto econômico para melhor atender e adaptar-se ao objetivo do curso, de forma interdisciplinar.

O estudo limita-se a desatualização dos dados, além da subjetividade da pesquisa qualitativa, já que os resultados não podem ser generalizados, como é o caso das disciplinas optativas em que a ementa sofre de mudanças esporádicas onde não é possível determinar um eixo específico para tal.

Por fim, sugere-se para pesquisas futuras, a análise das disciplinas optativas dos últimos anos de modo a verificar a possibilidade de ocorrência da abordagem ambiental em alguma delas. Ainda, recomenda-se que os estudos busquem a inserção da temática ambiental em outros aspectos da universidade, como em projetos pedagógicos e atividades complementares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. S.; LEAL, E. A. **Congresso UFU de Contabilidade**. Ensino da contabilidade ambiental: uma análise comparativa do currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e currículos propostos pelas instituições públicas da região sudeste. Uberlândia, 2015. Faculdade de Ciências Contábeis.

CAMARÁN, M. L.; BARÓN, L.; RUEDA, M. P. La Responsabilidad social empresarial y los objetivos del desarrollo sostenible (ODS). **Revista Científica Teorías, Enfoques y Aplicaciones en las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 24, p. 41-52. 2019.

CARNEIRO, J. D., RODRIGUES, A. T. L., SILVA, A. D., FRANÇA, J. D., ALMEIDA, J. D.; MORAIS, M. D. **Matriz curricular para cursos de ciências contábeis**. Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.



CAVALCANTE, D. S.; AQUINO, L. D. P.; DE LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; BUGARIM, M. C. C. Adequação dos currículos dos cursos de Contabilidade das Universidades Federais Brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade e o Desempenho no Enade. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 50, p. 42-52, jan./abr. 2011.

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; SANCHES, S. L. R.; MORAES, R. de O. Disclosure socioambiental de empresas norte-americanas listadas na nyse: características e os possíveis fatores para a divulgação voluntária. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 2, p. 53-77. 2018.

CRISTÓFALO, R. G.; AKAKI, A. S.; ABE, T. C.; MORANO R. S.; MIRAGLIA S. G. E. K. Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **REGE-Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 286-297, 2016.

COSTA, K. M.; HARTWIG, A. **22ª USP Internacional Conference in Accounting**, 2022. A Contabilidade Ambiental e sua Oferta nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis.

CMMD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988. 71 p.

CZESNAT, A. O.; DA CUNHA, J. V. A.; DOMINGUES, M. J. C DE S. Análise comparativa entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades do estado de Santa Catarina listadas pelo MEC e o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Gestão & Regionalidade**, v. 25, n. 75, p. 22-30. 2009.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape**. BR, v. 15, p. 667-681. 2017.

Hák, T., Janousková, S. e Moldan, B. Sustainable Development Goals: A Need for Relevant Indicators. *Ecological Indicators*, 60, 565-573, 2016.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.08.003>

HAZELTON, J.; HAIGH, M. Incorporating sustainability into accounting curricula: Lessons learnt from an action research study. **Accounting Education: an international journal**, [S.l.], v. 19, n. 1-2, p. 159-178. 2010.

IPEA. **Brasil adapta metas de desenvolvimento da ONU à realidade nacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. Portal do Governo Brasileiro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34183:brasil-adapta-metas-de-desenvolvimento-da-onu-a-realidade-nacional&catid=10:disoc&directory=1. Acesso em 09 de fev. 2022.

LIMA JÚNIOR, J. DE O.; MESQUITA, R. F. DE; SANTOS, N. A. DOS; FERREIRA, W. G.; SILVA, F. DOS S.; MATOS, F. R. N. O futuro que nós criamos: a perspectiva da sustentabilidade em futuros administradores. **Revista Gestão e Organizações**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 80-101, jan. 2021.

LESSA, B. DE S.; SPIER, K. F.; NASCIMENTO, L. F. M. DO. As Barreiras para a Sustentabilidade em Escolas de Administração: uma explicação Bourdieusiana. **Administração, ensino e pesquisa**, [S.l.], v.19, n. 3, p. 555-582, 2018.

MARCOMIN, F. E; SILVA, A. D. A Sustentabilidade No Ensino Superior Brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Revista Contrapontos**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 104-117. 2009.

MEC (2022). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: em 16 de Mar. 2022.

NASCIMENTO, E. P. DO. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64. 2012.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39. 2019.

SANTOS, A. C. DA S.; PONTES, A. N. Avaliando o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. **Contribuciones a las Ciencias**



Sociales, Pará, fev. 2019. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/02/desenvolvimento-sustentavel-brasil.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SANTOS, A. C.; NEUMANN, M.; MATTIELLO, K. Inserção curricular da temática sustentabilidade em cursos de graduação em ciências contábeis de universidades públicas paranaenses. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 73-97. 2021.

SOUZA, E. DA. S.; MACHADO, G. C. DE L.; OLIVEIRA, J. P. L. DE. Proposta de um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável para o cenário brasileiro. **Revista Fafibe On-line**, v. 13, n. 1, p. 86-104. 2020.

SHARMA, U.; KELLY, M. Students' perceptions of education for sustainable development in the accounting and business curriculum at a business school in New Zealand. **Meditari Accountancy Research**, Nova Zelândia, v. 22, n. 2, p. 130-148. 2014.

VENTURINI, L. D. B.; LOPES, L. F. D. **Manancial - Repositório Digital da UFSM**. 2015. O modelo Triple Bottom Line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença.